

KAROLINE FRANCISCO BARBOSA

**A ESCASSEZ DE POLÍTICAS HABITACIONAIS E AS
MORADIAS COM CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE
SANEAMENTO EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)**

Rio de Janeiro
2023

KAROLINE FRANCISCO BARBOSA

**A ESCASSEZ DE POLÍTICAS HABITACIONAIS E AS
MORADIAS COM CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE
SANEAMENTO EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Thomas Jaenisch

Rio de Janeiro
2023

CIP - Catalogação na Publicação

B238e Barbosa, Karoline Francisco
 A escassez de políticas habitacionais e as
 moradias com condições precárias de saneamento em
 Duque de Caxias (RJ) / Karoline Francisco Barbosa.
 - Rio de Janeiro, 2023.
 51 f.

 Orientador: Samuel Thomas Jaenisch.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
 de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
 Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
 Econômico e Social, 2023.

 1. políticas habitacionais. 2. saneamento. 3.
 gestão pública. 4. planejamento urbano. I.
 Jaenisch, Samuel Thomas, orient. II. Título.

KAROLINE FRANCISCO BARBOSA

**A ESCASSEZ DE POLÍTICAS HABITACIONAIS E AS
MORADIAS COM CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE
SANEAMENTO EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Thomas Jaenisch

Aprovado em: 22/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suyá Quintslr
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Prof. Dr. Alex Ferreira Magalhães
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Dedico este trabalho a todos e todas que sangraram para que eu pudesse sorrir. A meus pais, avós, amigos, familiares e professores que marcaram a minha trajetória. Gratidão a Deus por eu ser a continuação de um grande sonho.

RESUMO

Este trabalho surgiu a partir das vivências e questionamentos da autora, e tem como objetivo compreender as políticas públicas de habitação e saneamento já implementadas no município de Duque de Caxias (RJ), comprovando a insuficiência dessas políticas no território, fato este que ocasiona a ocupação em favelas e loteamentos irregulares por parte da população mais pobre, em condições precárias de saneamento. O problema da habitação é uma face das desigualdades sociais que afetam as condições de vida da população, pois a produção e apropriação da moradia e do ambiente urbano ocorre de maneira distinta para os diferentes grupos sociais. Assim, primeiramente foi feita uma caracterização e contextualização histórica, e em seguida foi necessário compreender a ocupação do território onde atualmente localiza-se Duque de Caxias, que aconteceu através de três pilares: (1) os eixos ferroviários, (2) o loteamento popular e (3) a autoconstrução. Após, foi feito um levantamento das políticas de habitação e saneamento já implementadas na região, os respectivos resultados e a situação atual.

Palavras-chave: políticas habitacionais; saneamento; gestão pública; planejamento urbano.

ABSTRACT

This work emerged from the author's experiences and questions, and aims to understand the public housing and sanitation policies already implemented in the municipality of Duque de Caxias (RJ), proving the insufficiency of these policies in the territory, a fact that causes occupation in slums and irregular allotments by the poorest population, in precarious sanitation conditions. The housing problem is a facet of the social inequalities that affect the living conditions of the population, since the production and appropriation of housing and the urban environment occurs differently for different social groups. Thus, a historical characterization and contextualization was first made, and then it was necessary to understand the occupation of the territory where Duque de Caxias is currently located, which happened through three pillars: (1) the railway axes, (2) the popular allotment and (3) self-construction. Afterwards, a survey was carried out of the housing and sanitation policies already implemented in the region, the respective results and the current situation.

Keywords: housing policy; sanitation; public management; urban planning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA DO MUNICÍPIO	12
2.1 Caracterização do Município.....	12
2.2 História do Município.....	20
3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL	28
4 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO	31
5 POLÍTICAS DE SANEAMENTO	38
6 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de questionamentos da autora, moradora de um bairro periférico em Duque de Caxias, que teve sua vivência marcada por condições precárias de saneamento, mesmo estando próxima a uma das maiores refinarias de petróleo do país. Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir a ausência de políticas de habitação e saneamento eficientes no município, capazes de atender às demandas de toda a população. Ausência que tem como uma de suas consequências a precarização das condições de vida na formação de aglomerados subnormais, favelas e loteamentos irregulares que abrigam a população mais pobre, em condições precárias, expressão das desigualdades sociais existentes no município. Como abordado por Cardoso (2013):

Um outro aspecto das nossas desigualdades, extremamente relevante, é o que diz respeito aos problemas gerados pelas diferenças nas formas de produção e apropriação da moradia e do ambiente urbano pelos diferentes grupos sociais. (CARDOSO, 2013, p. 1)

Para os grupos sociais mais pobres, a produção e apropriação da moradia se dá de forma precária, muitas vezes a partir de autoconstrução, em locais onde não há rede de drenagem, esgoto ou mesmo água encanada. Além disso, essas desigualdades de condições urbanas se manifestam também como desigualdade ambiental, visto que a população mais pobre está localizada em áreas mais expostas a condições insalubres, com contaminação da água, do solo e/ou do ar, a exemplo das comunidades que vivem próximas ao aterro sanitário em Jardim Gramacho, da população de Campos Elíseos nas proximidades da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e demais indústrias do Polo Petroquímico, dos moradores dos locais mais pobres do município que sofrem com enchentes, devido ao assoreamento dos rios, das construções em áreas de mangue próximas à Baía de Guanabara, dentre outras circunstâncias.

Figura 1 – Barracos sem banheiro no bairro Gramacho, próximos ao aterro sanitário desativado do Jardim Gramacho e da Baía de Guanabara



Fonte: Elaboração própria (2022).

Em 2021, conforme reportagem exibida no RJ1 (G1, 2021), moradores de casas sem saneamento em Duque de Caxias apontaram que frequentemente sofrem com alagamentos causados por fortes chuvas. No bairro Pilar (2º distrito) diversas ruas ficam inundadas, em Parada Morabi (3º distrito) o canal da Figueira transborda, e em Parque Capivari (4º distrito) moradores relatam não haver sistema de drenagem na região, além das ruas sem asfalto.

Nas metrópoles brasileiras, as parcelas mais pobres da população tendem a viver próximas de áreas que foram utilizadas indevidamente para atividades industriais, como aterros, lixões, entre outras que dão continuidade ao quadro de injustiça ambiental. Essa vulnerabilidade socioambiental pode ser visualizada na sobreposição entre grupos populacionais pobres e discriminados, que vivem e circulam em áreas de risco ou de degradação ambiental, que são caracterizadas por Bullard (1996) como “zonas de sacrifício”, na qual a população vulnerável que sofrerá as consequências dos perigos decorrentes da localidade.

Posto isto, a desigualdade no acesso ao saneamento, bem como acesso à habitação, é um problema sociológico, visto que não há como separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos. Para Acselrad (2002), “formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero”.

Vale ressaltar que, por um lado, os mecanismos do mercado produzem desigualdade ambiental (os mais baixos custos de localização de instalações com resíduos tóxicos apontam para as áreas onde os pobres moram, por exemplo), e por outro, as políticas públicas favorecem a ação perversa do mercado (ACSELRAD, 2002). Ao longo dos anos, a população mais pobre vem sendo deslocada para as periferias, e não há esforços para que haja infraestrutura adequada, com exceção das reivindicações feitas pelos movimentos sociais na busca por justiça ambiental.

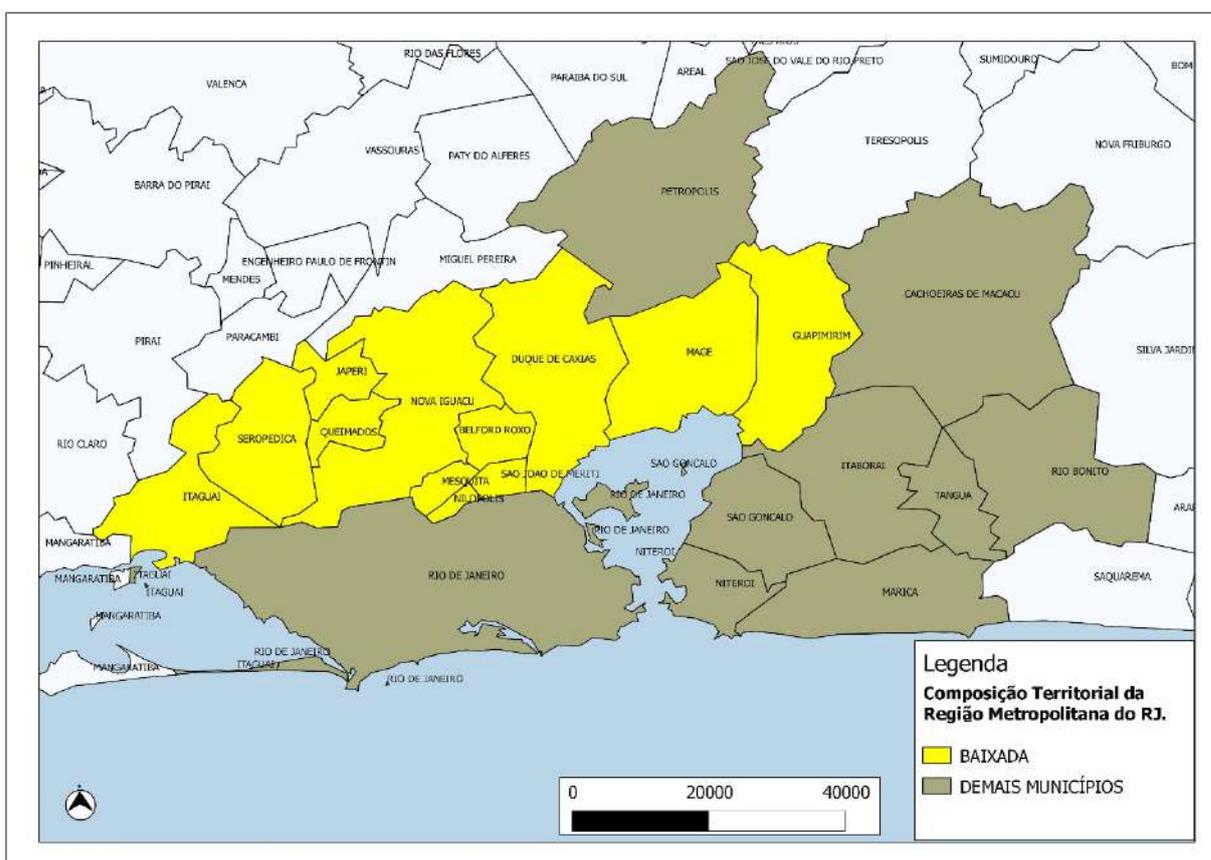
Destarte, este trabalho tem como principal intuito compreender o histórico das políticas públicas de habitação e saneamento já implementadas no município de Duque de Caxias e discutir a sua insuficiência. Para tal, primeiramente foi feita uma caracterização e contextualização histórica da formação do município, e em seguida foi necessário compreender a ocupação do território onde atualmente localiza-se Duque de Caxias, que aconteceu através de três pilares: (1) os eixos ferroviários, (2) o loteamento popular e (3) a autoconstrução. Após, foi feito um levantamento das políticas de habitação e saneamento já implementadas na região, seus respectivos resultados e a situação atual.

2 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

2.1 Caracterização do Município

Duque de Caxias é um município localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, faz parte da região geográfica denominada Baixada Fluminense, e tem uma área total de 467,6 quilômetros quadrados. Os limites municipais, no sentido horário, são: Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu.

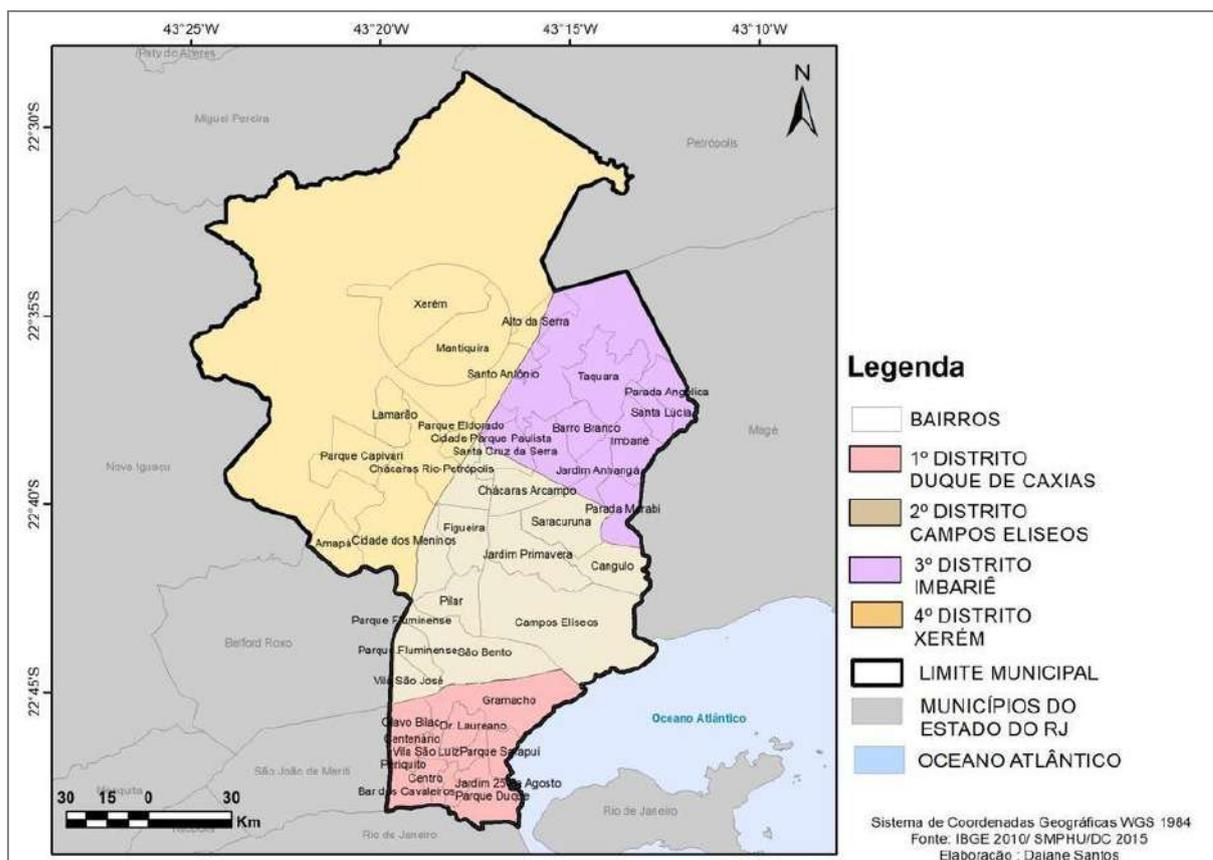
Figura 2 – Baixada Fluminense e Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Rocha (2015, p. 3).

Conforme o Censo do IBGE (2022), a população é de 808.152 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do estado do Rio de Janeiro, antecedido pela capital e São Gonçalo, e o 22º mais populoso do país.

Figura 3 – Bairros e distritos de Duque de Caxias



Fontes: IBGE (2010); SMPHU/DC (2015).

Além disso, o município possui 40 bairros e é dividido em quatro distritos:

- 1º distrito - Duque de Caxias, onde está localizado o centro da cidade, é caracterizado pelo forte comércio e oferta de serviços;
- 2º distrito - Campos Elíseos, distrito industrial, que abriga a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), maior responsável pelo processamento de gás natural do Brasil, bem como o maior parque industrial do estado, com indústrias dos segmentos químico, petroquímico, metalúrgico, gás, plástico, mobiliário, têxtil, vestuário, dentre outros;
- 3º distrito - Imbariê, em que está situado o Museu Histórico de Duque de Caxias, construído sobre o alicerce da casa onde nasceu o patrono da cidade, no bairro Taquara;
- 4º distrito - Xerém, e juntamente com o 3º distrito, contém mais de 14 mil hectares de mata atlântica (INPE; SOS MATA ATLÂNTICA, 2021), com trilhas e cachoeiras que propiciam o ecoturismo do município.

Segundo o Censo do IBGE (2010), há 99 aglomerados subnormais em Duque de Caxias. Para o IBGE, aglomerado subnormal é “uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação”, ou seja, o correspondente ao que se costuma denominar por favela ou loteamento irregular.

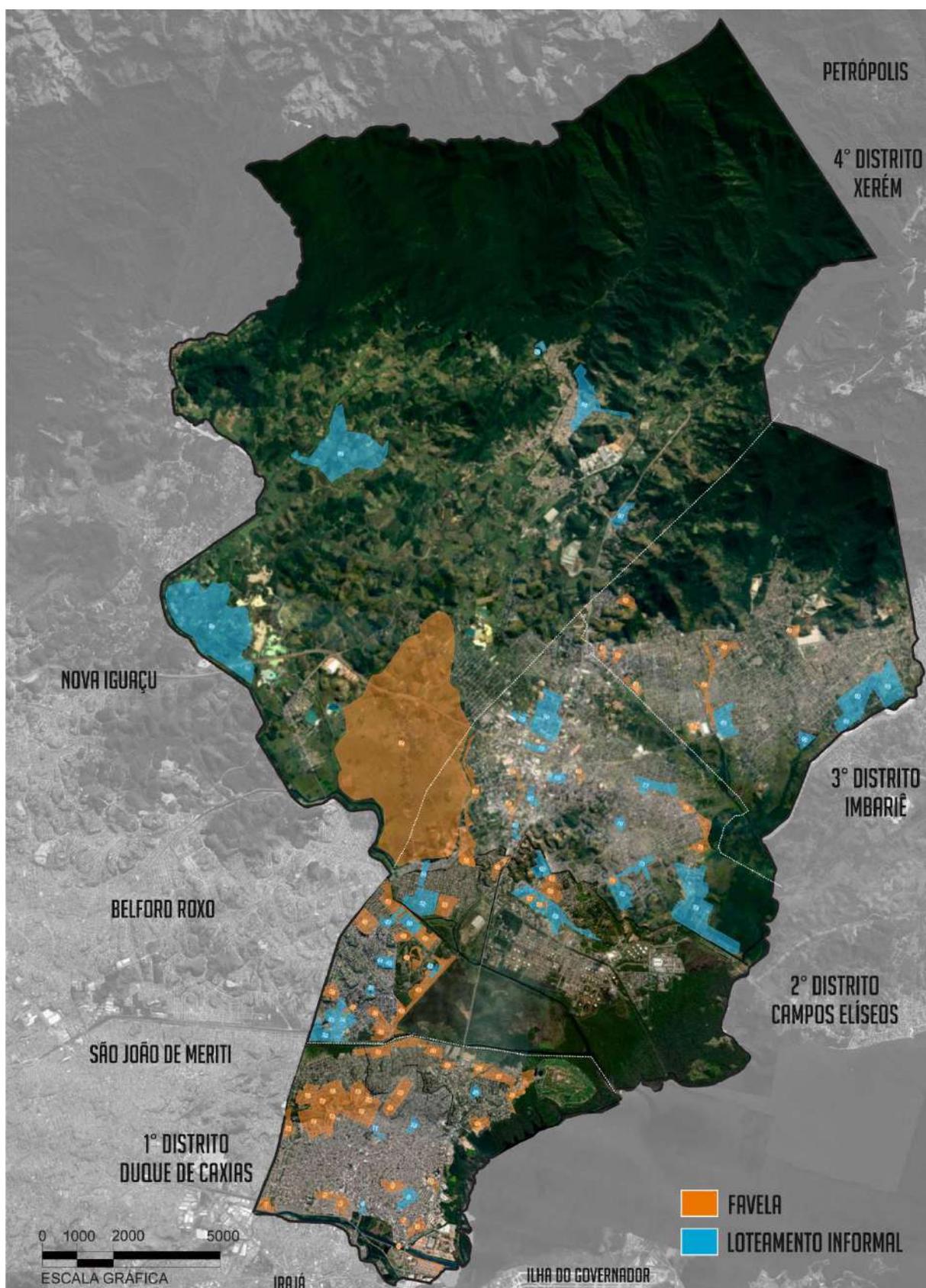
Soares et al. (2022) constatam que 6,27% da área total do município é ocupada por assentamentos informais, sendo 60 favelas e 39 loteamentos irregulares. Desses, metade estão localizados no 2º distrito (25 favelas e 26 loteamentos).

Tabela 1 – Assentamentos informais em Duque de Caxias e área ocupada no município

		Área (m ³)	%	%
Assentamentos informais	1º distrito	7.077.081	1,51	6,27
	2º distrito	11.031.000	2,36	
	3º distrito	3.694.000	0,79	
	4º distrito	7.483.700	1,60	
Área total do município		467.319.000	100,00	100,00

Fonte: Soares et al. (2022).

Figura 4 – Mapa de assentamentos informais no município de Duque de Caxias



Fonte: Soares et al. (2022, p. 8).

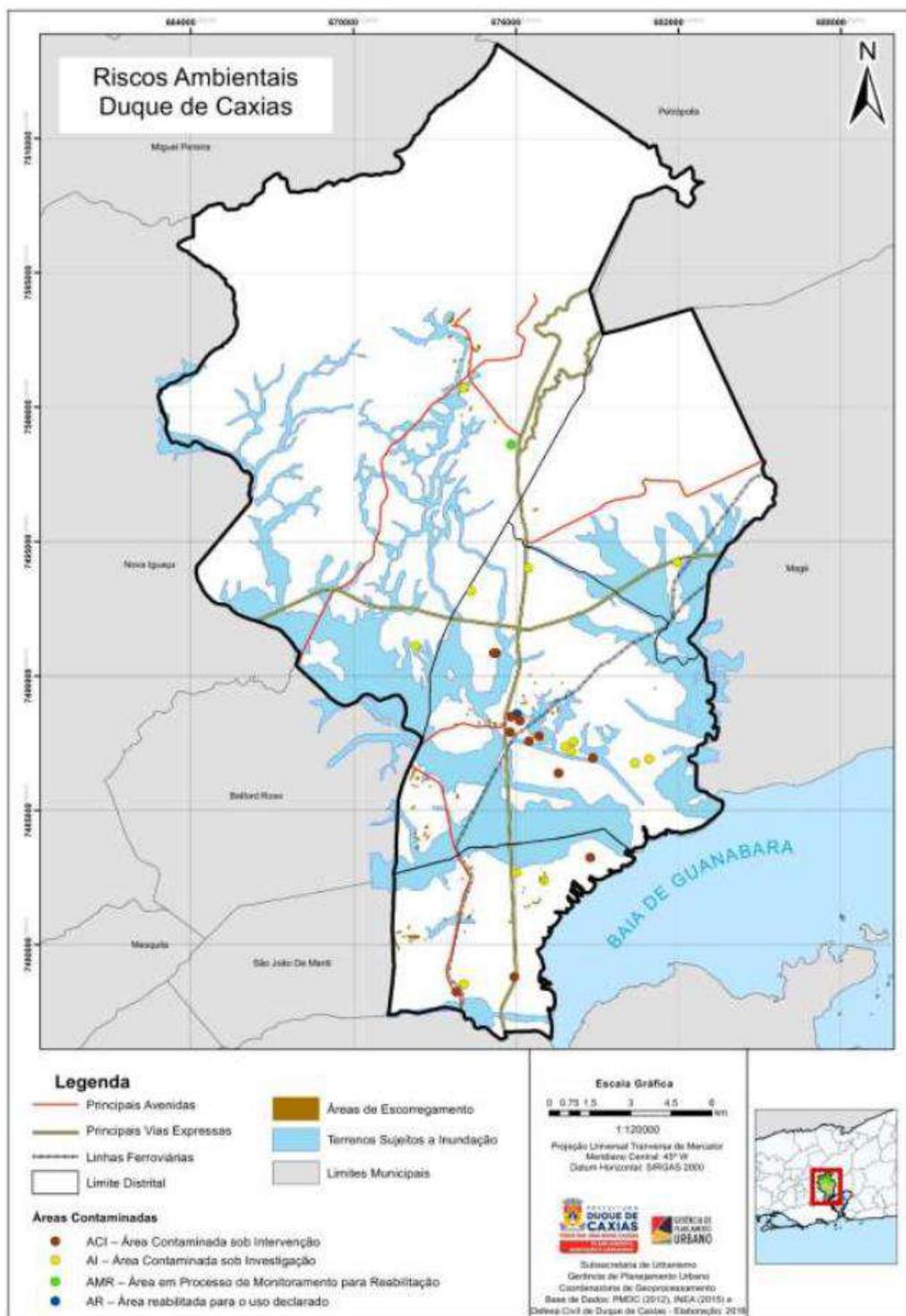
O município possui volumosa arrecadação pública, e no ano de 2022, por exemplo, teve a segunda maior arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do estado do Rio de Janeiro, sendo responsável por 16% de toda a arrecadação na referida unidade federativa, estando atrás apenas da capital Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2022) ¹.

Contudo, a administração pública municipal ainda não foi capaz de superar problemas estruturais, como a carência de condições adequadas para moradia e saneamento básico. Dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (2014) apontam que mais de 20% da população caxiense vive em condições precárias de moradia e há um déficit habitacional de 32.522 unidades. A série histórica disposta pela Fundação CEPERJ, que utiliza dados do INEA e IBGE, indica que, em 2018, apenas 1,06% dos habitantes de Duque de Caxias tinham o esgoto tratado e coletado.

Além disso, de todos os riscos ambientais mapeados pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias no ano de 2018 (apud VIANA, 2018), a maior parte de áreas contaminadas e terrenos sujeitos à inundação estão concentrados no 2º distrito do município.

¹ Ao todo, foram arrecadados R\$40.774.226.977,43 de ICMS no estado do Rio de Janeiro, sendo R\$6.518.902.733,76 do município de Duque de Caxias (16%).

Figura 5 – Riscos Ambientais em Duque de Caxias

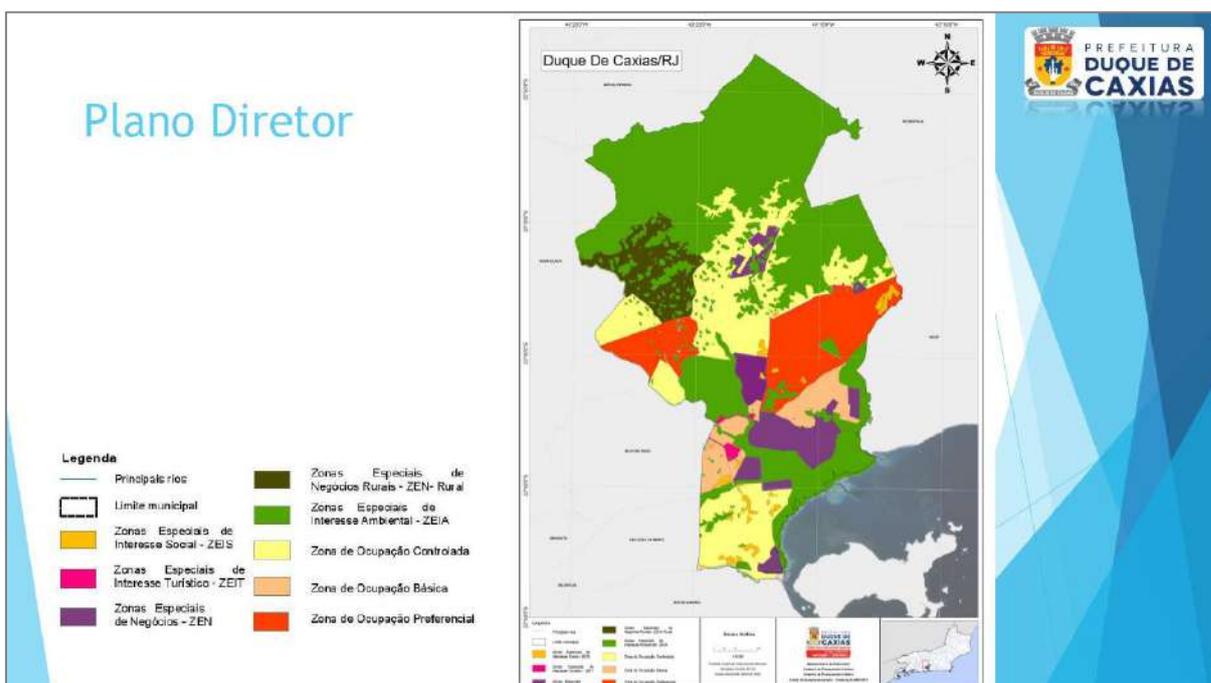


Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (2018, apud VIANA, 2018, p. 15).

Enquanto áreas do 1º Distrito, como os bairros 25 de Agosto e Centro, que abrigam a população com maior poder aquisitivo e mais articulada com o poder público, foram o foco de investimentos em acesso a saneamento e serviços, as outras áreas da cidade não puderam contar com planejamento urbano adequado, sendo ocupadas ao longo do tempo de forma irregular, às margens de rios e em áreas de mangue. Ou seja, a população mais pobre, habitante de favelas e loteamentos irregulares, constitui moradia nas áreas de maior risco ambiental do município, devido ao descaso histórico com a questão habitacional por parte do poder público.

Ademais, o incentivo à industrialização acontece nessas mesmas áreas, bem como formação de aterros e lixões, trazendo condições insalubres para os moradores, mantendo o quadro de injustiça ambiental. O Plano Diretor Urbanístico de Duque de Caxias (2006) delimita Zonas Especiais de Negócios (ZEN) nas proximidades dos bairros Campos Elíseos, São Bento, Figueira e Santo Antônio, áreas mais distantes do Centro e de outros bairros nobres, onde há maior número de favelas e loteamentos irregulares.

Figura 6 – Delimitação de zonas do Plano Diretor Urbanístico de Duque de Caxias



Fonte: Leite (2015).

Retomando Bullard (1996), a vulnerabilidade socioambiental experimentada pelos moradores de áreas pobres do 2º, 3º e 4º distrito pode ser caracterizada como

“zonas de sacrifício”. A população mais pobre é quem sofre as consequências da poluição causada pelas indústrias, refinaria, aterro sanitário e lixões, atrelada à ausência de saneamento e condições dignas de moradia. Cabe destacar que a ausência de políticas habitacionais, a falta de interferência e regulação na ocupação dessas áreas e o incentivo e promoção de atividades econômicas que agravam as situações de precariedade ambiental nessas áreas não são mero acaso, e sim escolhas do poder público.

2.2 História do Município

A história de Duque de Caxias está vinculada com a dos municípios vizinhos, sobretudo São João de Meriti, devido ao fato de que, até a década de 1940, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, juntamente com Nova Iguaçu (e Belford Roxo, emancipado em 1990), formavam um único município (RIO DE JANEIRO; TCE, 2021).

O povoamento da região inicia-se a partir do século XVI, após a expulsão dos franceses que haviam invadido a Baía de Guanabara, quando foram doadas sesmarias, ou seja, a concessão de extensos lotes de terras que seriam destinados ao cultivo, principalmente da cana de açúcar, bem como feijão, milho, mandioca e arroz, para abastecer a cidade do Rio de Janeiro (BRAZ; ALMEIDA, 2019). Cabe destacar que, antes da chegada dos portugueses, havia populações nativas sambaquieiras², e posteriormente, o grupo nativo conhecido como Tupinambá³.

A partir do século XVIII, com a ascensão da produção aurífera e mudança da capital para o Rio de Janeiro, a relação com a cidade tornou-se mais estreita, quando em 1704 um caminho novo, mais rápido, seguro e econômico, foi entregue para as Minas Gerais, partindo da freguesia do Pilar. Nos anos subsequentes, outros caminhos foram abertos, segmentando a região, sendo três oficialmente reconhecidos: Caminho Novo do Pilar, Caminho Novo do Inhomirim e Caminho Novo do Tinguá⁴. Por conta desses caminhos, além da ampla rede hidrográfica, a região das Baixadas da Guanabara se tornou passagem obrigatória, passando a ter importância estratégica: escoava o ouro e abastecia a província mineira, além de ser responsável por estabelecer elos de comunicação entre o interior e o litoral, fato este que favoreceu a ocupação das cercanias da Baía pelo interior serrano.

² A palavra sambaqui tem raiz etimológica no tupi-guarani e significa depósito de conchas, e se refere às conchas que eram descartadas após o consumo, principalmente de moluscos, e juntas formavam grandes montanhas. Os povos que habitavam as regiões litorâneas e com suas ações constituíam sambaquis são conhecidos como populações sambaquieiras.

³ O termo tupinambá se refere aos povos originários que por volta do século XVI, habitavam duas regiões da costa brasileira: a primeira localizava-se entre a margem direita do rio São Francisco até o Recôncavo Baiano e a segunda estendia-se do cabo de São Tomé, no atual estado do Rio de Janeiro, até São Sebastião, hoje o estado de São Paulo. Esse segundo grupo era também denominado tamoio. (BUENO, 1999)

⁴ Cada caminho descoberto recebia o nome de “Novo”, por isso todos tinham essa nomenclatura.

Com a queda da produção aurífera, assim como a circulação de café em larga escala, em meados do século XIX, a região passou a escoar o café vindo do Vale do Paraíba, fazendo o transporte através dos rios, e o interesse das elites locais foi direcionado para os negócios de transporte e armazenamento. Entretanto, problemas ligados ao transporte fluvial, que estava saturado e custoso devido à dependência das marés, ao baixo nível das águas durante as secas e ao constante entulhamento dos rios e canais, outras alternativas para a circulação precisavam ser elaboradas.

Sendo assim, a malha ferroviária tornou-se a principal alternativa, e em 1854, em um empreendimento privado conduzido por Barão de Mauá, a primeira estrada de ferro do Brasil foi construída, que ligava o Porto Mauá a Fragoso, com 14km de extensão, e posteriormente se estendeu até Petrópolis. Este modelo motivou o governo imperial a construir, em 1858, a estrada de ferro D. Pedro II, que ligava o Rio de Janeiro a Queimados, e em 1864 alcançava o Vale do Paraíba.

Deste modo, a região perdeu a relevância como intermediária de produtos agrícolas para abastecimento a partir das vias fluviais e dos caminhos terrestres. Em 1886, foi inaugurada a “The Rio de Janeiro Northern Railway”, conhecida posteriormente como Estrada de Ferro Leopoldina, ligando a cidade do Rio de Janeiro ao povoado de Merity, atual centro do município de Duque de Caxias, e modificando completamente as relações comerciais e a ocupação do solo.

A região da Baixada da Guanabara foi se tornando um lugar de rápidas passagens, pois os portos fluviais deixaram de ser importantes, e além disso, devido ao excessivo uso das terras para atividades agrícolas, aos diversos aterros para assentamentos de trilhos ferroviários e ao intenso desmatamento para atividade extrativa da lenha, multiplicaram-se os pântanos e brejos, levando ao aumento de doenças como cólera e malária. Ademais, os rios e canais eram cada vez menos usados, por isso não havia interesse em conservá-los e limpá-los.

Por conseguinte, a economia colonial sofreu uma grave crise, que, intensificada pela precária situação sanitária, causou uma drástica redução populacional no distrito de Merity (posteriormente denominado Caxias), que fazia parte do município de Nova Iguaçu. Em 1892, conforme aferição do censo estadual, havia 10.542 habitantes no distrito, enquanto em 1910, a região contava com pouco mais de 800 habitantes (BELOCH, 1986).

A fim de tentar conter a malária, que nesse momento era a principal doença infecciosa do país, e a Baixada Fluminense era um dos maiores focos, o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) começou a ser utilizado de forma intensiva. O DDT é um inseticida de baixo custo, e por isso, se tornou bastante popular. Porém, por ser uma substância tóxica, capaz de contaminar o ser humano de forma direta e indireta, agravou os impactos ambientais e trouxe severos prejuízos ao solo e às redes pluviais (OLIVEIRA, 2008).

Entretanto, a partir do século XX inicia-se a Reforma Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, e as camadas mais pobres são expulsas do centro, em um processo de higienização e embranquecimento espacial, inspirado na Paris de Haussmann. Abreu (2006) destaca que

A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam "status" às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do "novo Brasil". (ABREU, 2006, p. 60)

Com isso, a população mais pobre desloca-se ou para outras áreas da cidade, dando início ao processo de favelização, ou para os subúrbios, nas áreas abertas pela ferrovia. A partir de 1930, o tecido urbano ultrapassa as fronteiras do distrito federal e alcança a Baixada Fluminense.

O espraiamento do tecido urbano para os subúrbios próximos e distantes do Rio de Janeiro, “que serviam de lugar de moradia das classes populares e onde imperava a carência de infraestrutura e do poder público” (BRAZ; ALMEIDA, 2019, p. 40), foi possível em virtude da expansão da malha ferroviária, na qual novas áreas e bairros surgiram no entorno das estações de trem.

Além disso, a expansão da via férrea viabilizou migrações nacionais para o Rio de Janeiro, de pessoas que vinham do campo em busca de oportunidades na cidade, principalmente devido ao fato de que, a partir do século XX, iniciou-se uma onda de industrialização e parte do capital nacional que era majoritariamente alocado no setor agroexportador foi deslocado para o setor industrial. As linhas ferroviárias ligavam o Rio de Janeiro ao Norte Fluminense, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, e as passagens eram relativamente baratas. Essa mesma malha ferroviária servia para assentar os migrantes nos subúrbios, pois havia como se deslocar para o trabalho no Distrito Federal. Braz e Almeida (2019) afirmam que:

Nesse sentido, o sistema ferroviário cumpria um duplo papel nesse processo: o de viabilizador do deslocamento desses homens e mulheres vindos do campo em direção à cidade e o de assentamento dessas mesmas famílias em espaços fora da capital, mas de onde poderiam alcançá-la através do deslocamento pelos trens. (BRAZ; ALMEIDA, 2019, p. 44)

Desta forma, com o intuito de recuperação ambiental do solo, e retomada da vocação agrícola do município, o Governo Vargas inicia obras de saneamento nos anos 1930, antecidas de diversas outras iniciativas não concluídas devido ao custo, a exemplo das obras promovidas por Nilo Peçanha entre 1910 e 1916. Mas, no geral, as terras foram entregues à especulação imobiliária e às ações de “grilagem” (lotear ou registrar terra pública sem autorização do órgão competente), com exceção do território onde hoje localiza-se os municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo, em que foi implementado o cultivo de laranja⁵ e a região foi uma grande exportadora do

⁵ As atividades relacionadas à citricultura foram iniciadas em São Gonçalo e introduzidas no município de Nova Iguaçu ainda nas últimas décadas do século XIX. O impulso decisivo para a transformação do cultivo e da venda da laranja foi dado pelo governo Nilo Peçanha, que reduziu drasticamente as taxas aduaneiras e regulamentou as condições de transporte e acomodação dos frutos nas viagens internacionais. Além disso, assinou um tratado de reciprocidade de isenção de taxas no comércio de frutas entre o Brasil e a Argentina (1909). Essas medidas abriram o mercado internacional, estimulando o aumento da produção da laranja. (BRAZ; ALMEIDA, 2019, p. 33)

produto durante as décadas 1920 e 1930, motivo pelo qual a área conteve durante essas décadas a onda loteadora que alcançou a Baixada Fluminense.

Ademais, a abertura da Estrada Rio-Petrópolis, inaugurada pelo presidente Washington Luís em 1928 (O GLOBO, 1928), foi uma das causas do impacto imobiliário especulativo. A estrada partia de Vigário Geral e passava pelos centros de Merity (atual bairro Centro, no 1º distrito) e Saraphuí (atual bairro Gramacho, também no 1º distrito), e foi a primeira rodovia asfaltada do país, valorizando as terras caxienses.

Destarte, três fatores podem ser destacados como indutores das mudanças responsáveis pelo aumento populacional e pela transição entre o urbano e rural nas áreas onde atualmente localiza-se o município de Duque de Caxias, conforme Braz e Almeida (2019), sendo eles: (1) a expansão e dinamização da malha ferroviária; (2) a intensa migração, motivada pela oportunidade de tentar a vida urbana próxima do Rio de Janeiro, a capital federal; e (3) a ação saneadora, com diversas obras promovidas pelo governo federal, que recuperou terras alagadas e insalubres. Este processo iniciou-se na década 1920 e foi intensificado nas décadas de 1940 e 1950, período em que Duque de Caxias foi emancipado (1943) e caracterizado por forte industrialização.

A expansão do setor industrial levou o município a elevar significativamente a arrecadação de impostos. Silva (1954) relata que em 1949, Duque de Caxias teve um aumento de 66% no orçamento, superando Nova Iguaçu e sendo o quarto maior do estado. Havia unidades de pequeno porte dos setores têxtil, de vidros, produtos químicos e farmacêuticos, e três grandes instalações foram marcos do período:

- Fábrica Nacional de Motores (FNM), fundada em 1942 no bairro Xerém (4º distrito), até então estatal, e posteriormente incorporada à multinacional FIAT;
- Companhia União Manufatora de Tecidos, inaugurada em 1949 no bairro Centenário (1º distrito) e foi a maior fábrica de linho das Américas (LACERDA, 2010);
- Refinaria de Duque de Caxias, com produção de combustíveis iniciada em 1961, a princípio para o estado do Rio de Janeiro, e atualmente é a mais completa e complexa refinaria do sistema Petrobras, estando ligada a uma vasta rede de indústrias, garantindo suprimento às crescentes demandas do mercado por combustível, lubrificantes, petroquímicos e gás (PETROBRAS, 2022).

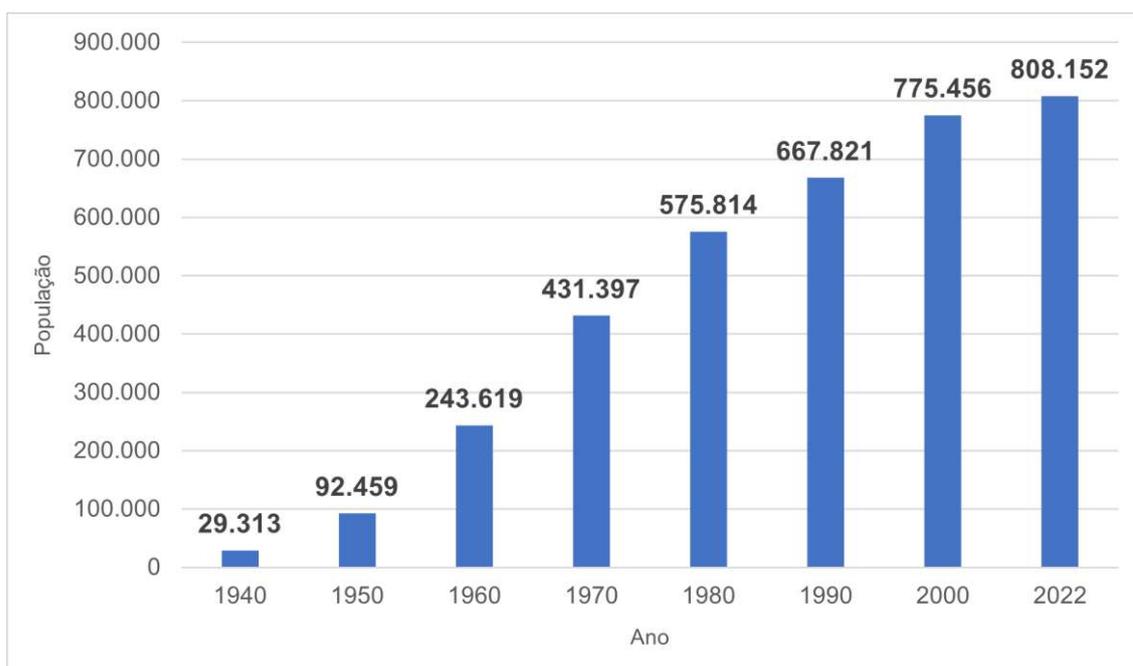
Figura 7 – Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), a primeira construída pela Petrobras



Fonte: José Vieira Trovão (apud. UOL Economia, 2013).

Ao longo do século XX, a população de Duque de Caxias continuou a se multiplicar, e embora estivesse se consolidando os setores industrial, comercial e de serviços, o abastecimento de água e a rede de captação de esgoto não foram expandidos. A água encanada só chegou ao município nos anos 1960, e antes disso, a cidade contava apenas com precárias bicas d'água públicas e fornecimento irregular através de carros pipas. Lemos (1980) destaca em sua obra que:

A falta de água potável deu uma boa fonte de renda para os funcionários da prefeitura, que ganhavam gordas propinas para com o carro pipa, vendê-las às pessoas com recurso, quando, a bem da verdade, a ideia da distribuição surgiu no sentido de amenizar as dificuldades das famílias menos favorecidas pela sorte... Na Praça do Pacificador havia uma bica pública, com guarda municipal vigilante, não para que respeitassem a fila, mas sim, para achacar donas de casa e negrinhos. Tinham que dar uns trocados para terem o direito de matar a sede. (LEMOS, 1980, p. 59)

Gráfico 1 – População residente em Duque de Caxias

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1) população residente

Porém, para a parcela da população que possuía mais recursos financeiros e era mais articulada com o poder público, a situação foi atenuada. Os bairros planejados, localizados no 1º distrito do município, foram os primeiros a receber rede de abastecimento de água. A primeira rede foi inaugurada em 1960, pelo governador Roberto Silveira, e cobria os bairros 25 de Agosto e Centro, locais mais equipados por comércio e serviços, e anos depois alcançou os bairros Bar dos Cavaleiros, Vila São Luís e Centenário, e até meados da década de 1970, se manteve assim, fato este que justificou o uso de poços d'água domésticos para os habitantes de outras áreas da cidade, que de forma imprópria acabavam por estabelecer ligações com as fossas sépticas, corroborando para o agravamento da cólera e malária (BRAZ; ALMEIDA, 2019).

Esses habitantes experimentaram condições muito precárias, vivenciando a mudança acelerada do ambiente rural para o urbano, mas que não era acompanhada de estrutura adequada. Por isso, conforme texto de Braz e Almeida (2019), os moradores recém-instalados construíram as estratégias necessárias para fixação e sobrevivência em Duque de Caxias, a partir de trabalho coletivo e familiar, utilizando o método de autoconstrução. Segundo Lima (2007), “a intervenção pública limita-se à delimitação da largura das ruas e ao tamanho dos lotes” e, além disso, as empresas imobiliárias, ao desmembrar os sítios e chácaras, ignoravam a legislação acerca da

instituição de novos loteamentos, fato que corroborou para a ausência de água, iluminação, calçamento das ruas e rede de esgoto na maioria dos lotes, e intensificou os estragos causados pelas enchentes.

3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A ocupação territorial da Baixada Fluminense, conforme aponta Simões (2006), se consolida a partir da década de 1920, através de três pilares: (1) os eixos ferroviários, (2) o loteamento popular e (3) a autoconstrução, bem como a integração física da Baixada com o então Distrito Federal, conformando a área metropolitana do Rio de Janeiro.

Entre 1903 e 1906, enquanto Pereira Passos era o prefeito, houve uma grande “limpeza” étnica e social no Rio de Janeiro, que além de expulsar a população marginalizada da cidade, transferiu as atividades fabris para os subúrbios. Assim, devido à necessidade de mão de obra, a Baixada Fluminense foi se estruturando com diversos loteamentos de baixo custo, atraindo famílias em razão do encarecimento do estilo de vida na metrópole (ABREU, 2006).

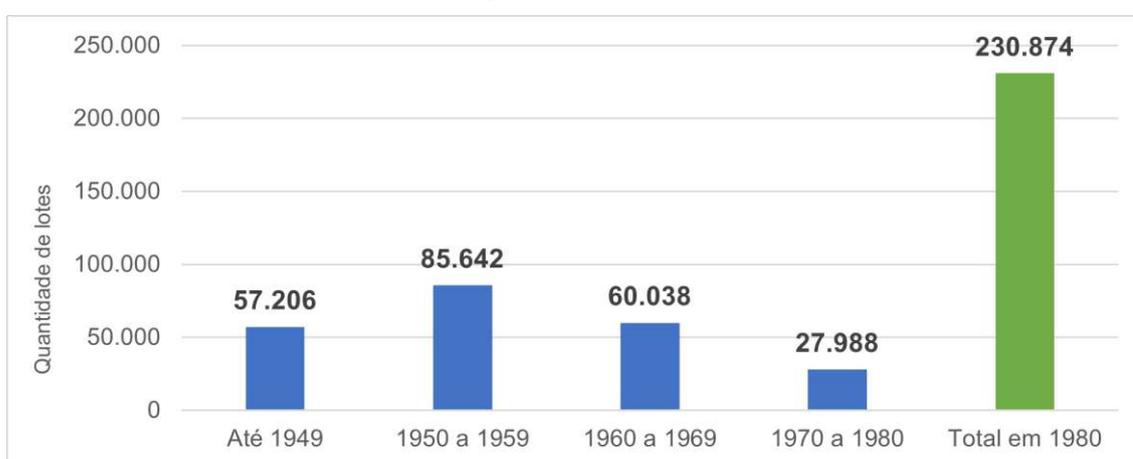
Além disso, as obras de saneamento durante o governo Nilo Peçanha, iniciadas em 1910, e a implantação de novos eixos de mobilidade, como a Rodovia Rio-Petrópolis (1928), foram importantes relações para a extensão do tecido urbano. Nas áreas que atualmente fazem parte do município de Duque de Caxias, os diversos pântanos dessecados e a abertura da rodovia possibilitaram a produção acelerada de loteamentos a partir dos anos 1940, de acordo com o exposto no gráfico 2, a seguir.

Ademais, Marlúcia Santos de Souza (2020, apud. SILVA, 2021) destaca que

Dá para perceber a crescente presença de comunidades situadas às margens dos rios, da Baía de Guanabara, mas também em partes de morros, principalmente a partir da década de 1950. Nessa época, temos a construção da Avenida Brasil e da Variante, que é a Washington Luís. Na época da construção da Washington Luís, muitos peões de trecho, chamados arigós, foram formando acampamentos para trabalhar nessas obras, que depois foram ficando na área, formando comunidades como a Beira Mar, a Vila Operária (1962) e a Favela do Mangue (1952). Em 1958, após uma grande enchente, parte dessa comunidade foi transferida para a Vila São José, às margens do rio Sarapuí. Em 1954, o Parque da Liberdade se instalou às margens do Rio Sarapuí. Depois, teremos a Teixeira Mendes, Parque Jerusalém, a Vila Alzira (1970) nas margens do Rio Iguaçu. Mais recentemente a Comunidade do Guedes. Essas comunidades são fruto de um processo que vamos ver no Brasil de expulsão de trabalhadores rurais por conta do processo de expansão do agronegócio. Teremos então, a

mecanização, aumento do latifúndio para a criação de gado, então vai haver a expulsão de um exército de trabalhadores das áreas rurais. Veremos a saída de pessoas do nordeste para o sudeste, principalmente no Rio de Janeiro que era capital, em busca de uma vida melhor. Então vamos começar a ver a chegada de uma população nordestina maciça na cidade de Duque de Caxias Essa população, muitas vezes sem documento, com pouca qualificação, com trabalhos precarizados, acaba não tendo alternativa a não ser se instalar em áreas de risco, principalmente às margens do rio Iguaçu, Sarapuí e Meriti. (SOUZA, 2020 apud SILVA, 2021, p. 50)

Gráfico 2 – Produção de lotes em Duque de Caxias



Fonte: Cardoso, Araújo, Coelho (2007, p. 63).

Em 1960, quando Carlos Lacerda se tornou governador do Estado da Guanabara, foram iniciadas políticas para remoção de favelas, ou seja, transferências da população para lugares distantes das áreas centrais, inclusive na Baixada Fluminense, reforçando o processo de conurbação urbana. Cardoso (2007) ressalta que:

Considerando que ainda existia um grande estoque de lotes vagos nesses loteamentos, as possibilidades de aquisição de lotes, sem infraestrutura, baratos e com financiamento a longo prazo diretamente do loteador, viabilizaram a solução da casa própria para um vasto contingente populacional. (CARDOSO, 2007, p. 62)

Enquanto a cidade do Rio de Janeiro, devido aos processos supracitados, passava por uma valorização fundiária, iniciava-se o processo de expansão para o oeste metropolitano, caracterizado por crescimento urbano de forma não planejada,

sem infraestrutura sanitária adequada. A proximidade imediata de Duque de Caxias com a capital facilitou a migração da classe trabalhadora, especialmente para o 1º Distrito da cidade.

O aumento exponencial da população caxiense resultou no aumento da favelização e das moradias em condições precárias de saneamento, pois não foi acompanhado de políticas de habitação e infraestrutura. A ocupação acontecia por meio de loteamentos populares, conforme supracitado, com o parcelamento de antigas fazendas e venda dos lotes para fins residenciais ou através de “grilagem”, e não havia nenhum controle por parte do poder público em relação às exigências burocráticas e cumprimento de normas urbanísticas (ABREU, 2006).

Duque de Caxias, assim como toda a Baixada Fluminense, passa a servir como local de fixação da população de baixa renda. Vale ressaltar que, diferentemente do que aconteceu no município do Rio de Janeiro, o processo de favelização na Baixada Fluminense ocorreu de maneira mais horizontal, com ocupações nas proximidades de rios, mangues e brejos, mais suscetíveis a alagamentos.

Cabe destacar que, ao passo que crescia, a estrutura urbana fluminense assumia uma forma cada vez mais desigual e segregada:

um núcleo bem servido de infraestrutura, onde a ação pública se fazia presente com grande intensidade e onde residiam as classes mais favorecidas, e uma periferia carente dessa mesma infra-estrutura, que servia de local de moradia às populações mais pobres, e onde a ação do Estado era praticamente nula.” (ABREU, 2008, p. 82).

O processo de ocupação territorial caxiense aconteceu de forma excludente, caracterizado pela ausência de políticas habitacionais, e a cidade “foi construída a partir da formação desordenada, gerada por uma economia próspera em meio a uma sociedade profundamente desigual” (BRAZ; ALMEIDA, 2019, p. 9).

À vista disso, considerando a cidade como lugar de conflitos (SANTOS, 2009), a população mais vulnerável, marcada tanto pela segregação quanto pela resistência popular na habitação e na cidadania, encontra nos assentamentos irregulares uma opção de moradia, sendo essa uma das faces da urbanização capitalista periférica (SOARES et al., 2022).

4 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

Até os anos 1930, a ação do Estado no tocante às políticas de habitação se resumia a reprimir graves situações de insalubridade. A partir do período de Getúlio Vargas na presidência do Brasil (1930-1945), políticas de habitação de interesse social foram consolidadas no país, e a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional passou por intervenções estatais, tendo como marco a criação, em 1937, das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), com construção de conjuntos habitacionais em larga escala.

Nesse período, a política habitacional estava voltada apenas ao atendimento das categorias profissionais inseridas em relações formais de trabalho (BONDUKI, 2004), visando assegurar a recuperação e manutenção da capacidade de trabalho. Nas décadas seguintes:

a questão social encontrava-se subordinada ao projeto de modernização desenvolvimentista, que visava sustentar o processo de industrialização e de urbanização requeridos pelo desenvolvimento capitalista brasileiro, estando em segundo plano o compromisso efetivo com as políticas sociais. (AGUIAR, 2019, p. 79)

Durante o Estado Novo, foram construídas vilas operárias circunvizinhas às fábricas das empresas estatais, inclusive no entorno da Fábrica Nacional de Motores (FNM), inaugurada nos anos 1940: a Vila Operária de Xerém (4º distrito), erguida com recursos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). O conjunto, denominado “Cidade dos Motores”, contava com as casas dos operários, as vilas luxuosas dos engenheiros, hotel construído em estilo italiano, igreja, delegacia, escola, dentre outros equipamentos. Possuía uma localização isolada, e havia investimento na autossuficiência, com produção dos próprios alimentos e comércio particular. No mais, era caracterizado pelo intenso controle na vida dos trabalhadores, mesmo quando estavam fora da fábrica (RAMALHO, 1989).

Nas outras áreas do município, não houve nenhuma ação estatal para construção de habitações de interesse social, mesmo durante os anos de atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que foi a principal instituição federal de desenvolvimento urbano entre 1964 e 1986, voltado ao financiamento de

empreendimentos imobiliários. O BNH não alcançou a missão de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (BRASIL, 1964), pois o foco foi maior em alcançar rentabilidade do que os objetivos sociais, e a maior parte dos financiamentos foi para a classe média. O banco foi extinto em 1986, e suas atribuições passaram a ser responsabilidade da Caixa Econômica Federal.

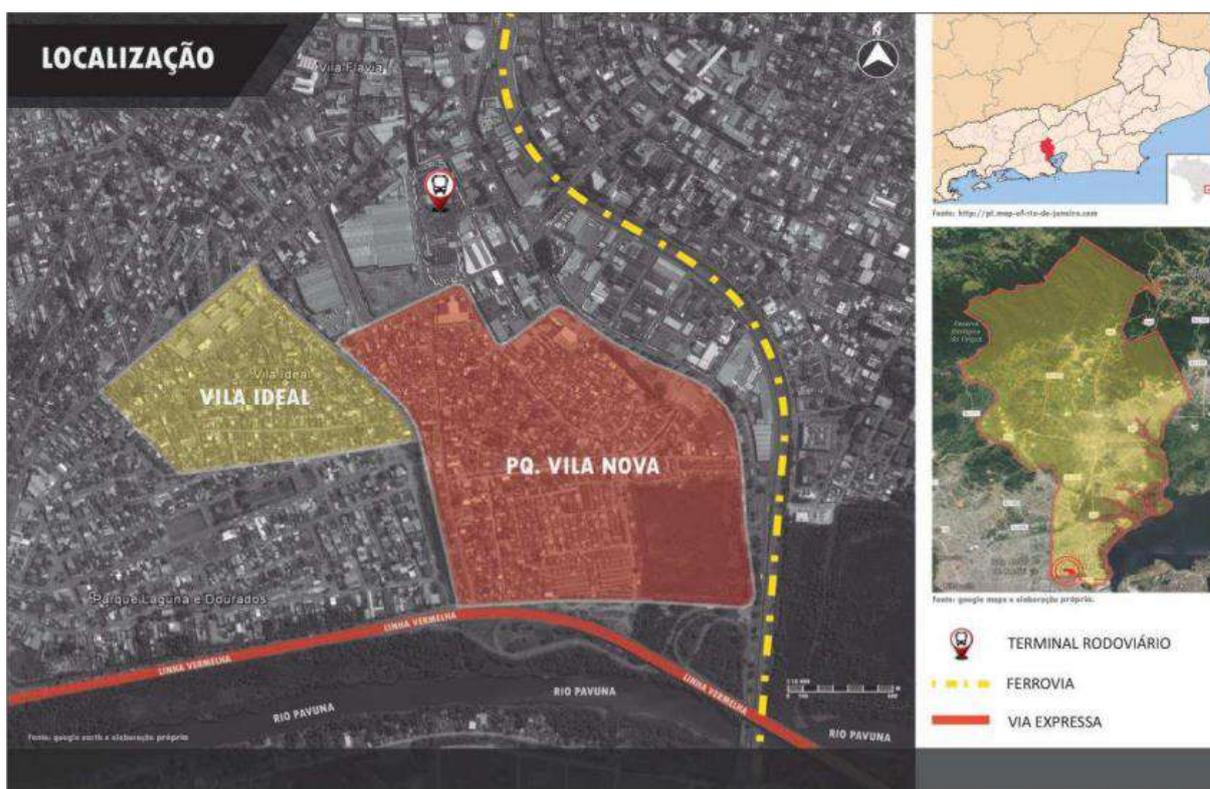
Com o hiato de grandes investimentos a nível federal desde o fim do BNH, o problema da habitação foi agravado, e o município de Duque de Caxias, bem como toda a Baixada Fluminense, serviu de fixação para a população de baixa renda ao longo das décadas, sem haver nenhuma política ou planejamento habitacional.

Em meados dos anos 1980, houve um processo de descentralização e municipalização da gestão e operacionalização das políticas habitacionais, devido à redefinição institucional promovida pela Constituição de 1988, que tornou os municípios, de fato, politicamente autônomos (CARDOSO; RIBEIRO, 2002). Além disso, durante esse período não houve nenhuma estratégia nacional para o enfrentamento do problema habitacional.

Entretanto, apenas nos anos 2000⁶ programas habitacionais começaram a ser planejados para o município, com apoio de financiamento federal e estadual. Através do Programa Habitar Brasil BID, mais de R\$22 milhões foram investidos para a construção de 820 casas para o assentamento da Favela do Lixão (composta pelas localidades conhecidas como Vila Nova e Vila Ideal, no 1º distrito) e para a construção de casas para realocar moradores às margens do Rio Saracuruna, bem como a urbanização da área do rio e viabilização para oferta de lotes, maioria sem infraestrutura adequada – água, luz, arruamento e pavimentação (CARDOSO; ARAUJO; COELHO, 2007). O Programa foi “criado por meio do empréstimo junto ao banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recursos provenientes do orçamento Geral da União (OGU), da contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (SILVA, 2013).

⁶ O Ministério das Cidades, órgão responsável por coordenar, gerir e formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, foi criado em 2003, e em 2004 foi instituída a Política Nacional de Habitação.

Figura 8 – Mapa da localização da Favela do Lixão, próxima ao bairro Centro



Fonte: Glaucia Santana (apud. YASSU; ALVARENGA, 2018).

Durante as intervenções feitas pelo Programa Habitar Brasil, foi materializado um projeto de urbanização da Favela do Lixão, posteriormente vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC foi um programa de provisão de infraestrutura lançado em 2007 pelo Governo Federal, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico através de grandes investimentos. Entre suas prioridades estavam o investimento em áreas como saneamento, habitação, transporte, logística, energia e recursos hídricos.

Em 2008, durante o lançamento das obras do PAC em Duque de Caxias, o presidente Lula havia anunciado investimentos de R\$ 315 milhões em obras de urbanização, saneamento e habitação:

Acompanhado do ministro das Cidades, Márcio Fortes, do governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), e do prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis, Lula anuncia investimentos de R\$ 315 milhões em obras de urbanização, saneamento e habitação nas favelas Parque Vila Nova e Vila Ideal, também conhecida como Favela do Lixão, localizadas no Centro da cidade. (FREIRE, 2008)

Porém, embora o escopo do projeto tenha sido reformulado outras vezes, não estava prevista a urbanização integral do assentamento. Além disso, as soluções propostas pelo PAC foram padronizadas para as diversas realidades territoriais e sociais brasileiras, ignorando as diferenças entre as regiões do país (YASSU; ALVARENGA, 2018).

Em 2009 é criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que assumiu o protagonismo de combate ao déficit habitacional a partir de então. As empresas construtoras optaram pela construção de empreendimentos no município com milhares de unidades, em terrenos extensos e com baixo valor de mercado, em áreas carentes de equipamentos sociais e serviços públicos. Os beneficiários do Programa que moravam em áreas afetadas por enchentes foram removidos de suas antigas moradias, para unidades habitacionais mais distantes, “agravando as condições de exclusão aos bens públicos urbanos e contribuindo para o reforço da segregação espacial” (AGUIAR, 2019, p. 3410). Na Comunidade Teixeira Mendes, no bairro Sarapuí (os moradores reconhecem a comunidade como favelas Dique 1 e Dique 2), desde 2007, com a justificativa de recuperação ambiental e controle de enchentes, remoções de moradores foram planejadas.

Em 2014, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em terreno cedido pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), inicia-se a construção dos condomínios onde seriam reassentadas as pessoas removidas das áreas de risco de inundações, nos bairros São Bento e São José. Cerca de 500 famílias foram transferidas para o empreendimento Calundu (bairro São José) em 2015, e as casas foram demolidas, a fim de evitar novas ocupações no local (SILVA, 2021).

Com o pretexto de melhorar a fluidez no trânsito e acabar com a passagem de nível da linha férrea, em 2018, foi iniciada a construção de um viaduto, que pretendia ligar a Av. Leonel de Moura Brizola à Rodovia W. Luís (BR-040). No ano anterior, mais 900 famílias foram transferidas para unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no bairro São Bento, para iniciar a construção de um parque linear, inaugurado recentemente, no dia 6 de julho de 2023.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) financiou a construção em Duque de Caxias, a partir do ano de 2011, de 6 empreendimentos, totalizando 7.443 unidades habitacionais (LEITE, 2015). Os condomínios com centenas e milhares de unidades – de médio e grande portes – foram construídos em áreas com pouco acesso a equipamentos sociais e serviços públicos, nos bairros predominantemente

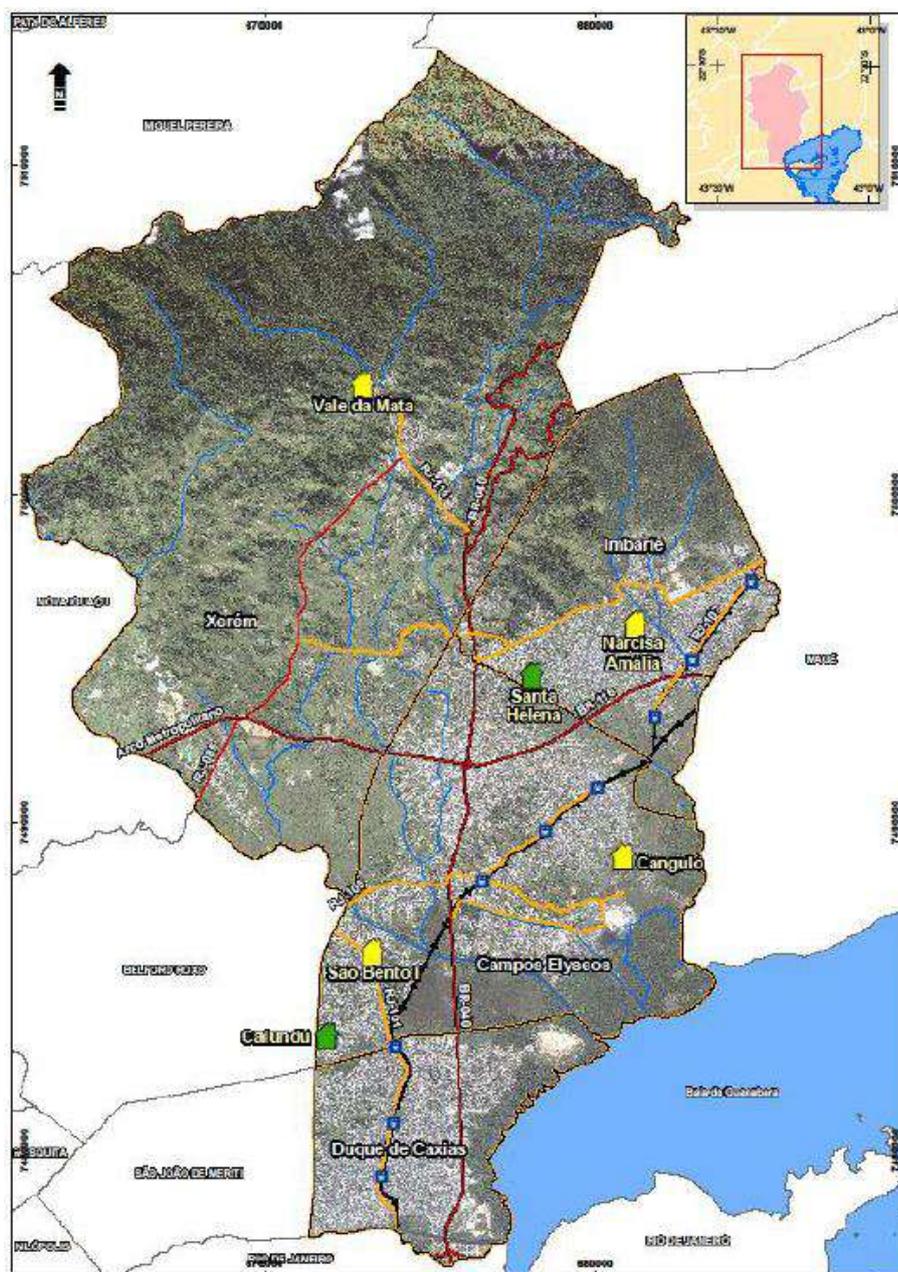
residenciais, com características rurais e unifamiliares. Não foram construídas escolas, creches e unidades de saúde e assistência social para atender a nova demanda populacional (AGUIAR, 2019).

Tabela 2 – Empreendimentos do PMCMV em Duque de Caxias

Empreendimento	Qtd. condomínios	Distrito	Unidades
Calundu	5	2º	2.448
Jardim Rotsen	5	3º	980
Cangulo	9	2º	2.440
São Bento	3	2º	900
Vila Santo Antônio	2	2º	460
Xerém	1	4º	215
TOTAL		7.443	

Fonte: Leite (2015).

Figura 9 – Localização dos empreendimentos do PMCMV em Duque de Caxias



Fonte: Leite (2015).

A Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (2019) afirmou que

Desde que foram implantados em Duque de Caxias, os programas habitacionais do governo federal já entregaram cerca de dez mil unidades, beneficiando cerca de 40 mil pessoas. Os apartamentos têm dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço. O programa contemplou famílias com renda de até R\$1,8 mil. (DUQUE DE CAXIAS, 2019)

Todavia, em entrevista realizada com a Subsecretária Municipal de Habitação, Sueli C. da Silva Tostes⁷, ela ressaltou que atualmente há aproximadamente 70 mil famílias na fila de inscrição para a Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, aguardando para receber uma unidade habitacional.

Outras obras têm sido feitas, como a reurbanização das Comunidades Vila Ideal e Parque Vila Nova (1º distrito) e canalização do Canal Caboclo a partir de 2021, com recursos do PAC, e a recuperação do Conjunto Habitacional Salgado Filho (Vila Operária de Xerém) em 2022, através da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB), porém, o número de unidades habitacionais construídas e reformadas ainda está muito abaixo do déficit habitacional do município.

⁷ Entrevista realizada no mês de julho de 2023.

5 POLÍTICAS DE SANEAMENTO

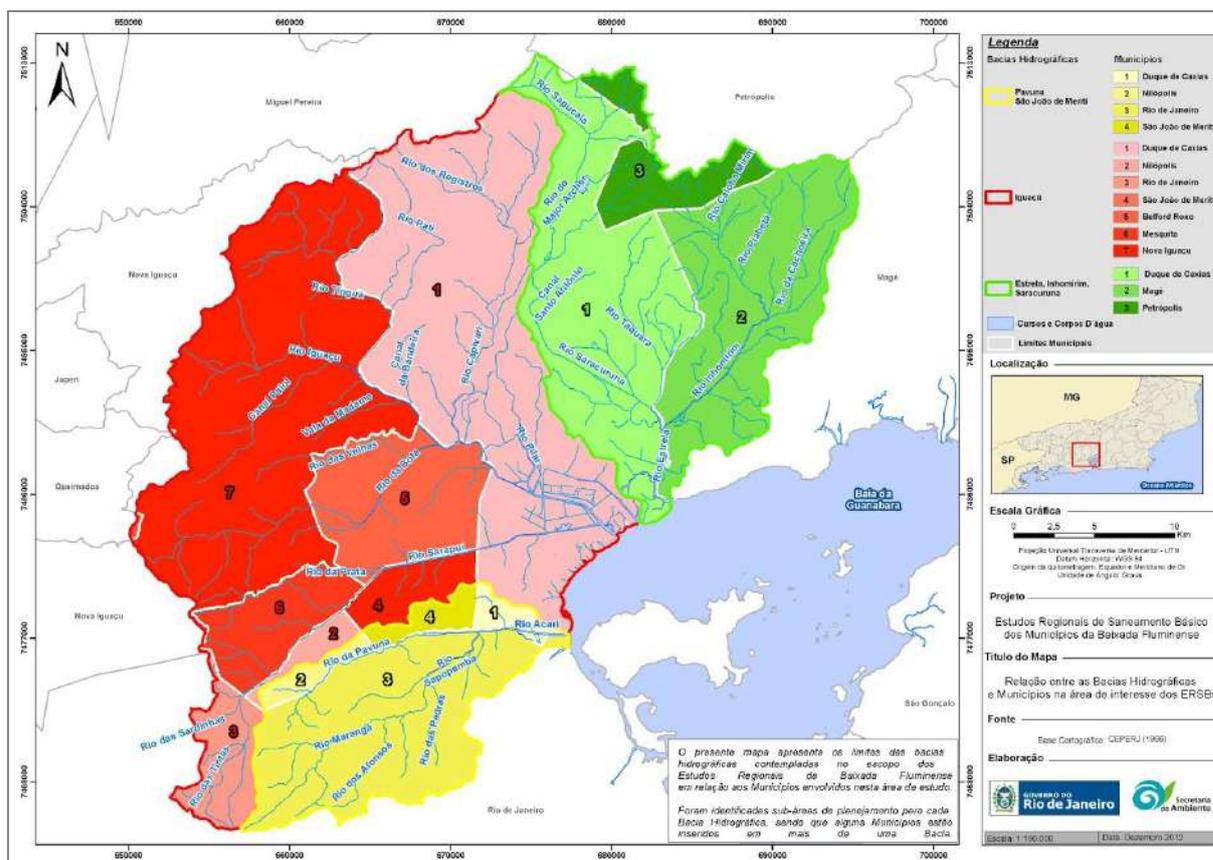
A partir de meados dos anos 1980, Duque de Caxias, dentre outros municípios da Baixada Fluminense, foi objeto de diversos programas de saneamento, que conforme Britto e Quintslr (2020), “efetivamente não conseguiram garantir o acesso aos serviços para parcela significativa da população”, principalmente devido à descontinuidade dos programas implementados.

A primeira intervenção significativa em esgotamento sanitário ocorreu entre os anos 1983 e 1986, organizadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro, durante a gestão de Leonel Brizola, com o Plano Global de Saneamento da Baixada Fluminense (PEBs), que teve o intuito de implantar o sistema separador, ou seja, coletar o esgoto doméstico e industrial separadamente das águas pluviais. O plano de saneamento previa intervenções descentralizadas, que iriam atingir 200 mil habitantes em Duque de Caxias e foi orientado pelos seguintes princípios, de acordo com Britto e Quintslr (2020):

- 1) progressividade, com soluções intermediárias em uma primeira fase, mas que deveriam trazer melhora imediata das condições de vida da população;
- 2) participação comunitária na escolha das alternativas e dos modelos técnicos utilizados;
- 3) descentralização das soluções através da concepção de sistemas construtivos mais simples, capazes de tirar partido das condições locais e cujos custos de operação fossem mais baixos. (BRITTO; QUINTSLR, 2020, p. 443)

A implantação ocorreu de forma setorial, em áreas prioritárias que foram definidas pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), a partir de um estudo que determinou (i) as áreas da Baixada Fluminense mais densamente ocupadas, (ii) as com sistema considerável aceitável e (iii) as sujeitas a inundações frequentes. Sendo assim, as áreas definidas prioritárias foram a Bacia do Sarapuí, seguida pelas bacias dos rios Pavuna-Meriti e do Botas.

Figura 10 – Bacias hidrográficas e municípios da Baixada Fluminense



Fonte: Estado do Rio de Janeiro/Secretaria do Ambiente (2012).

Porém, a crise do Banco Nacional de Habitação (BNH) – órgão que financiou o projeto – impediu que as obras fossem concluídas durante o governo Brizola, e apenas uma pequena parte do que foi planejado, de fato se concretizou. Em Duque de Caxias, apenas os bairros do 1º distrito foram beneficiados.

Nos meses de fevereiro e março de 1988, a Baixada Fluminense enfrentou uma de suas piores enchentes, deixando milhares de pessoas desabrigadas e dezenas de pessoas vieram a óbito. Em resposta a esse desastre, o Projeto Reconstrução Rio foi formulado, financiado pelo Banco Mundial, pela Caixa Econômica Federal e pelo governo do estado do Rio de Janeiro, prevendo intervenções para reconstruir e recuperar a infraestrutura afetada pela inundação nos municípios da Baixada Fluminense, Petrópolis e Rio de Janeiro, além de realizar medidas preventivas (físicas e institucionais) para mitigar efeitos de futuras enchentes.

As ações do projeto foram iniciadas apenas em 1990, durante o governo Moreira Franco, para a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, com obras de macro e micro drenagem, continuadas nos governos seguintes de Leonel Brizola

e Marcello Alencar. Em Duque de Caxias, conforme relata Porto (2001), foram construídos 60 km de rede de esgoto, 2 elevatórias, 1 estação de tratamento e 4.000 ligações domiciliares. Cabe destacar que, a principal obra foi a construção da lagoa de estabilização do Sistema Gramacho, um local para captação e tratamento de efluentes e esgoto, que transforma a água poluída em água de boa qualidade a partir da ação de microrganismos, porém, como normalmente a Cedae não opera com lagoas de estabilização para o tratamento de esgotos sanitários, a estação de tratamento de esgoto (ETE) Gramacho, que foi concebida para atender o bairro Gramacho e parte do bairro São Bento, deixou de operar (BRITTO, QUINTSLR, 2020).

Entre os anos de 1995 e 1998, durante o governo de Marcello Alencar, foi elaborado o Plano Baixada Viva, posteriormente denominado Nova Baixada, e previa obras de urbanização de bairros. Quatro bairros pilotos foram selecionados, dentre eles Olavo Bilac, no 1º distrito de Duque de Caxias, e as obras de saneamento básico tinham o intuito de abranger a totalidade desses bairros. Entretanto, o Plano Baixada Viva foi desenvolvido paralelamente ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), e por isso, parte dos ETEs planejados não foram construídos, pois os esgotos dos bairros seriam direcionados às duas grandes ETEs projetadas no PDBG: Sarapuí e Pavuna.

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara foi iniciado em 1994, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC), com contrapartida do governo do estado do Rio de Janeiro, e teve como objetivo

recuperar os ecossistemas presentes no entorno da Baía de Guanabara e resgatar gradativamente a qualidade de suas águas e dos rios que nela desaguavam, através da construção de sistemas de saneamento adequados em municípios situados em seu entorno. (BRITTO; QUINTSLR, 2020, p. 446)

Era prevista a construção e reforma de estações de tratamento, a ampliação da rede de coleta e das ligações domiciliares em áreas da Baixada Fluminense e São Gonçalo, onde os sistemas de esgotamento até então eram inexistentes e a estruturação de duas bacias de esgotamento: Sarapuí e Pavuna, com 303 e 403 km de extensão de redes e troncos coletores de esgoto, respectivamente. Porém, houve muito atraso nas obras, que atravessaram diversos governos estaduais, e a maior

parte das redes não foram instaladas. Segundo Britto (2003), no Sistema Sarapuí, apenas 16% das redes previstas haviam sido instaladas, e no Sistema Pavuna, esse percentual era de 6,8%.

Em 2008, durante o governo Sérgio Cabral, foi elaborado o Pacto pelo Saneamento, programa que pretendia tratar 80% dos esgotos do estado do Rio de Janeiro, e eliminar todas as disposições inadequadas de lixo (lixões) em 10 anos. Com a apresentação da candidatura do município do Rio de Janeiro para sediar os jogos olímpicos de 2016, as discussões acerca da despoluição da Baía de Guanabara foram retomadas, e nesse sentido, um novo programa foi negociado com o BID: o Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM),

que tinha como objetivos: a reversão da degradação ambiental da Baía da Guanabara e do Sistema Lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, através da implantação de sistemas complementares de esgotamento sanitário; o fortalecimento institucional das entidades envolvidas; e a promoção da sustentabilidade das políticas públicas de saneamento dos municípios beneficiados. (BRITTO; QUINTSLR, 2020, p. 448)

O PSAM previa aproveitar plenamente as ETEs construídas pelo PDBG (Sarapuí e Pavuna), que operavam com capacidade ociosa devido a não implementação dos coletores troncos previstos. Além disso, o foco do Programa era, pelo menos à princípio, apenas a despoluição da Baía de Guanabara, e não havia previsão de ampliação das redes de coleta de esgotos para as áreas desprovidas desse serviço. Durante o segundo governo de Sérgio Cabral, as ETEs Sarapuí e Pavuna foram reinauguradas, mas com volume de esgoto tratado bem abaixo do previsto, e de acordo com Britto e Quintslr (2020), até o início do ano de 2018, as obras dos sistemas Sarapuí e Pavuna previstas no PSAM não haviam sido licitadas.

Atualmente, parte significativa da Baixada Fluminense ainda não possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário com sistema separador, prevalecendo, na maior parte dos municípios, o lançamento de esgotos na rede de drenagem, fossas sépticas ou lançamento direto nos corpos hídricos. Segundo o INEA (2018), existem 437 estações de tratamento de esgoto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, porém, 134 estão inoperantes. Ou seja, 1/3 dos equipamentos que deveriam tratar os dejetos produzidos pelos 22 municípios que compõem a Região Metropolitana estão desativados. Conforme noticiado em matéria do G1 (2020), especialistas afirmam que

somente a Baía de Guanabara recebe o equivalente a mais de 23 mil caminhões de esgoto in natura por dia, e do total de caminhões gerados por dia (28.900), apenas 5 mil são tratados e são destinados corretamente para a baía.

É importante ressaltar que em 2020, foi aprovado o Novo Marco Legal do Saneamento, que dentre os objetivos, consta a universalização dos serviços até o ano de 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável, e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto (BRASIL, 2020).

Contudo, em série histórica disposta pela Fundação CEPERJ (2019), que utiliza dados do INEA e IBGE, é constatado que apenas 1,06% dos habitantes de Duque de Caxias têm o esgoto tratado e coletado⁸. No município do Rio de Janeiro, o percentual é de 63,5%. Dentre todos os municípios que cercam a baía de Guanabara, apenas Niterói tem mais de 90% de seu esgoto tratado (97,7%).

⁸ Dados de 2018.

6 CONCLUSÃO

A partir dos anos 1930, o tecido urbano se expande e alcança a Baixada Fluminense, devido a uma intensa migração, motivada pela oportunidade de tentar a vida próxima à cidade do Rio de Janeiro, na época, a capital federal.

Porém, como visto ao longo do estudo, esse processo de urbanização aconteceu de forma precária, a partir da expansão da malha ferroviária. Os bairros surgiram ao entorno das estações de trem, mas não houve infraestrutura adequada, como água encanada, rede de drenagem e esgoto. As terras foram entregues à especulação imobiliária ou às ações de grilagem, e as moradias foram erguidas sob o método da autoconstrução, sem nenhum controle por parte do poder público.

Ao longo do século XX, os setores da indústria, comércio e serviços se consolidam em Duque de Caxias, rodovias e grandes indústrias são construídas no município, o que foi responsável por um aumento significativo na arrecadação de tributos e crescimento exponencial da população. As classes mais favorecidas se condensaram em algumas áreas do 1º Distrito, onde passou a ter maior participação do poder público e, por isso, era onde havia acesso aos serviços e infraestrutura.

Entretanto, nas demais áreas do município, o resultado do aumento populacional foi a expansão da favelização e de moradias em condições precárias de saneamento, pois não foi acompanhado de políticas públicas de habitação e demais serviços básicos. Os assentamentos irregulares, em locais precários, passam a ser a única opção de habitar a cidade, que segundo Santos (2009), é o lugar de conflitos, e para a população mais pobre, restam as “zonas de sacrifício” (BULLARD, 1996), mais expostas às condições insalubres e diretamente impactadas pela poluição (do ar, da água e do solo).

O problema da habitação deve ser considerado como aspecto das desigualdades urbanas e sociais do país (CARDOSO, 2013), e deste modo, as políticas públicas habitacionais devem ser elaboradas de forma articulada com outras áreas de atuação (como uso do solo, educação, saúde, emprego e renda, saneamento, meio ambiente, transportes, dentre outras), visando reduzir o impacto dessas desigualdades sobre as condições de vida da população.

Além disso, é essencial, conforme Silva (1967, apud JESUS, 2020), elevar esse problema social a problema sociológico, ou seja, empreender um esforço de pesquisa que o coloque como um problema científico e como alvo de políticas sociais. Para tal,

as diferentes esferas da administração pública precisam investir na coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, a fim de desenvolver políticas contínuas e integradas.

Com o passar dos anos, diversos programas foram elaborados com o intuito de mitigar as condições de precariedade no saneamento ou transferir a moradia da população pobre de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense – a exemplo das realocações ocorridas na comunidade Teixeira Mendes (Sarapuí) e nos bairros São Bento e São José – mas, ao invés de serem de fato efetivos para a população, promoveram o aumento da concentração de renda e exclusão social. As soluções foram propostas sem considerar as particularidades de cada território e os desejos e anseios da população, sem planejamento a longo prazo e sem planos para continuidade das ações.

Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando as políticas habitacionais foram descentralizadas, aumentando a atuação e responsabilidade dos municípios, a administração pública caxiense ainda permaneceu com sua capacidade institucional limitada, e deveria haver uma parceria maior entre os entes federativos.

A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, pressupôs uma maior articulação entre as três esferas de poder na proposição da política habitacional, entretanto, os municípios brasileiros acabaram desempenhando um papel de facilitador, com as Secretarias Municipais de Habitação muitas vezes atuando como um operador local do Programa, devido à autonomia de decisão das empresas do ramo de construção civil (AGUIAR, 2019).

Em Duque de Caxias, as soluções habitacionais adotadas pelo PMCMV foram marcadas por diversas remoções, e as pessoas foram transferidas para condomínios em áreas mais distantes da cidade, longe dos equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social, dentre outros.

Vale ressaltar que os programas habitacionais para as classes mais baixas, além de precisar de significativo investimento público, não podem estar nas mãos do mercado, visto que este raramente se interessa em oferecer habitação para as menores faixas de renda, e quando há interesse, o atendimento se dá apenas a uma pequena parcela da população, em condições que sejam favoráveis para a lucratividade das empresas privadas.

Para que de fato haja uma solução para os moradores de assentamentos informais (favelas e loteamentos irregulares), os projetos de políticas públicas precisam ser pensados a longo prazo, com significativo investimento nas áreas mais precárias do município, e com planejamento de haver continuidade, para de fato promover saneamento básico, acesso à moradia e serviços, ou seja: promover o direito à cidade de forma ampla.

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) estabelece como primeira diretriz a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, a fim de promover o desenvolvimento urbano.

Ademais, é essencial que sejam propostos modelos de gestão participativa, buscando democratizar e incentivar a participação popular nas tomadas de decisão. A população caxiense sofre as consequências da desigualdade social e ambiental, sem muitas vezes saber que tem direito a viver de forma digna.

A gente sofre mas a gente não sabe o porquê desse sofrimento. A gente sempre sofreu com desastres ambientais, mas a gente não tinha noção que isso era um problema ambiental. A gente achava antes que isso era um problema recorrente na nossa vida, assim, e que isso sempre aconteceu e ponto. E aí, quando a gente começa a entender que isso é por conta da falta de saneamento básico, que isso é por conta de falta de drenagem nos rios, falta de mitigação, que o contexto... o problema não é a chuva, [...] a gente sempre está culpando o homem e o ambiente em si, mas esquece de culpabilizar quem realmente tem culpa, que é o poder público, no qual a ausência dele acaba promovendo isso. (COUTINHO, Juliana apud PRÓXIMA ESTAÇÃO, 2023)

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcos Henrique. **Entre a política de habitação e a política urbana: Atuação da subsecretaria de habitação de Duque de Caxias junto ao Programa Minha Casa Minha Vida.** 2019. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

_____. **O Programa Minha Casa Minha Vida-FAR em Duque de Caxias: Negação do acesso à cidade.** In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16, 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória: SIMPURB, 2019. p. 3408-3422.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006, 4ª edição.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2022. Editora UFPR.

BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada.** Rio de Janeiro: Record, 1986.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRASIL. Estatuto da Cidade (2001). **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 23/07/2023.

_____. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília, 1964.

_____. **Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020.** Atualiza o marco legal do saneamento básico e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em 23/07/2023.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias**: Encontro com a História da Cidade. Duque de Caxias: Associação dos amigos do Instituto Histórico, 2019.

BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. **Implantação de infra-estrutura de saneamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**: uma avaliação das ações do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, v.5, n.1, maio de 2003.

BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva; QUINTSLR, Suyá. **Políticas e programas para esgotamento sanitário na metrópole do Rio de Janeiro**: um olhar na perspectiva das desigualdades ambientais. Caderno Metropolitano, São Paulo, v. 22, n. 48, pp. 435-456, maio/ago 2020.

BUENO, E. **Capitães do Brasil**: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BULLARD, Robert D. **Unequal protection**: environmental justices and communities of color. San Francisco: Sierra Club Books; 1996.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. In: Conselho Nacional Dos Estudantes De Ciências Sociais, 4., 2013, Espírito Santo. Disponível em: <https://conecsufes2013.files.wordpress.com/2012/12/desigualdades-urbanas-e-polc3adticas-habitacionais1.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2022.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAUJO, Rosane Lopes de; COELHO, Will Robson. **Habitação Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. In: **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: Programa de Tecnologia da Habitação (Habitare), 2007. p. 43-81.

CARDOSO, Adauto Lucio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Os municípios e as políticas habitacionais. In: **Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. Coletânea Habitare/FINEP. Volume 1. São Paulo: FAU-USP, 2002, p. 14-33.

CONHEÇA a história da Petrobras. **UOL Economia**, 2013. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/album/2013/03/07/conheca-a-historia-da-petrobras.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

DUQUE DE CAXIAS (Município). Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Duque de Caxias, 2014.

_____. Mais 60 famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha Vida em Duque de Caxias. Notícias. Duque de Caxias, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://duquedecaxias.rj.gov.br/noticia/mais-60-familias-beneficiadas-com-o-programa-minha-casa-minha-vida-em-duque-de-caxias/1586>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

ENCHENTE em Caxias: Moradores de casas sem saneamento sofrem com alagamentos. **G1**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/enchente-em-duque-de-caxias-9171304.ghtml>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

FREIRE, Aluizio. **Lula lança obras do PAC em Duque de Caxias**. G1, Rio de Janeiro, 31 de março de 2008. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL381943-5601,00-LULA+LANCA+OBRAS+DO+PAC+EM+DUQUE+DE+CAXIAS.html>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). **Séries históricas**: Saneamento Básico, 2019. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/meio-ambiente.html#saneamentobasico. Acesso em: 3 de maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censos Demográficos**. 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE); FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas da Mata Atlântica**. Disponível em: <https://www.aquitemmata.org.br/#/busca/rj/Rio%20de%20Janeiro/Duque%20de%20Caxias>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

JESUS, Victor de. **Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra**: um continuum colonial chamado racismo ambiental. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5LRzfP3sP8kCDbhnJy6FkDH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

LACERDA, Stélio. **A Fábrica de Tecidos “Corte Oito”**. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 09. Número 10. Ano 2010.

LEITE, Luiz Edmundo Costa. **A atratividade do Polo da Região Metropolitana: O Arco Metropolitano e Duque de Caxias**. In: Fórum de Debates sobre Governança da Região Metropolitana, 16, 2015, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://seaeerj.org.br/2015/12/26/governanca-da-regiao-metropolitana/>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

LIMA, Moisés Veríssimo de. **Política habitacional: a questão da moradia urbana em Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Rosália Maria de. **Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ, linha do tempo sobre a contaminação ambiental e humana**. 2008. 455 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

PORTO, H. R. L. **Saneamento e Cidadania: trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PRADO, Anita; REGUEIRA, Chico; ACYR, Pedro. 1/3 das estações de esgoto da Região Metropolitana do RJ estão desativadas. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/20/13-das-estacoes-de-esgoto-da-regiao-metropolitana-do-rj-estao-desativadas.ghtml>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

PRÓXIMA ESTAÇÃO. **A chuva e a ansiedade climática**. [Locução de]: Andréia Coutinho Louback. [S.l.]: Casa Fluminense, 6 de julho de 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4puHAtPh0zVkMV5ak8vqiQ?si=413050c4917640c>. Acesso em: 6 de julho de 2023.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM**. São Paulo: Paz e terra, 1989.

REFINARIA de Duque de Caxias (Reduc). **Petrobras**, 2022. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>. Acesso em 26 de dezembro de 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente. **Estudos Regionais de Saneamento Básico dos Municípios da Baixada Fluminense**. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro. **Arrecadação por Município e Região do Estado**. 2022. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/servicos?_afLoop=75631374747674531&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC275242&_adf.ctrl-state=m8iofftxt_32. Acesso em 26 de dezembro de 2022.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Socioeconômicos: Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Duque de Caxias, 2021. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 4 de maio de 2023.

ROCHA, A. S. **Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense**: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. Espaço e Economia. Ano III, nº 6, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ZGtKVE>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Anna Cecília da Costa. **Mudar de casa, mudar de escola?** A remoção da Comunidade Teixeira Mendes a partir do CIEP Municipalizado 097 - Carlos Chagas, Duque de Caxias. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

SILVA, Arlindo. **Memórias de Tenório Cavalcanti, Segundo a Narrativa de Arlindo Silva**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954.

SILVA, Francismary de Amorim. **O Programa Habitar Brasil BID: sua trajetória na cidade de Cuiabá**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013.

SIMÕES, M. R. (2006). **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SOARES, B. N., MEDEIROS, A. C. P. O., CARNEIRO, B. R. S., FAGUNDES, R. A. **Mapeamento de assentamentos informais**: identidade e cidadania em Duque de Caxias – RMRJ. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 14, e20210346, 2022.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210346>. Acesso em 4 de maio de 2023.

VIANA, Humberto Magalhães. **Plano de ação preparatório para revisão do Plano Diretor do Município de Duque de Caxias**. 2018. 38 f. Dissertação (Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018.

WASHINGTON Luís inaugura a primeira rodovia asfaltada do país, a Rio-Petrópolis. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1928. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/washington-luis-inaugura-primeira-rodovia-asfaltada-do-pais-rio-petropolis-8849272>. Acesso em 4 de maio de 2023.

YASSU, Alexandre; ALVARENGA, Tainá de Paula. **Análise das intervenções do PAC-UAP na Metrópole Carioca: O caso da Favela do Lixão (Duque de Caxias)**. Salvador: III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2018.